



MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Procuradores-Gerais de Justiça de Santa Catarina

RESUMOS BIOGRÁFICOS



MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Procuradores-Gerais de Justiça de Santa Catarina

R E S U M O S B I O G R Á F I C O S

Coordenação: CEAF - Memorial do MPSC

Organização: Gunter Axt

Florianópolis

2013

Coordenação

Helen Crystine Corrêa Sanches.

Organização

Gunter Axt

Pesquisa e texto

Alan Cristhian Michelmann, Anderson Elias, Bruno Mützenberg, Daniella Alves Talarico, Gabriela Schreiber, Manoela de Souza, Marcos Laueremann dos Santos, Mariane Julia dos Santos e Priscilla Nathani Pessoa de Lima.

Revisão

Elizabeth Castillo Fornés (conforme normas da ABL e do novo acordo ortográfico)

Projeto gráfico e editoração

Coordenadoria de Comunicação Social

Impressão

RB Digital Eirele
nov. 2013

Tiragem

1.200 exemplares

Procuradores-Gerais de Justiça de Santa Catarina : resumos biográficos / organizado por Gunter Axt. – Florianópolis : MPSC, 2013.
44 p.

Memorial Ministério Público de Santa Catarina.
Bibliografia.
ISBN 978-85-62615-07-8

1. Santa Catarina. Ministério Público. 2. Procurador-Geral – Biografia – Santa Catarina. I. Axt, Gunter. II. Título: resumos biográficos.

CDD - 920

APRESENTAÇÃO

Este catálogo, com resumos biográficos dos procuradores-gerais de Santa Catarina, do século XIX aos dias atuais, foi concebido como uma ferramenta para oportunizar o acesso ágil e fácil aos registros essenciais daqueles que chefiaram o Ministério Público no Estado.

A demanda pela edição estava prevista no Plano de Gestão Estratégica do Memorial e cresceu com o lançamento da Série Histórias de Vida, que também reúne depoimentos dos procuradores-gerais. Nesse sentido, a presente edição funciona como um documento anexo ao primeiro volume da referida série, pois retrocede no tempo, completando os dados daqueles que não puderam ser ouvidos.

A pesquisa foi realizada em documentos guardados no arquivo do Ministério Público, mas foram consultados, também, outros acervos, tais como o do Arquivo Público do Estado, do Memorial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, do Museu do Tribunal de Justiça e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Além disso, percorreu-se a bibliografia corrente, extraindo-se dela as informações pertinentes.

Os elementos, aqui reunidos e sistematizados em breves narrativas, estão guardados no Banco de Dados dos Membros Inativos, concebido pelo Memorial do Ministério Público de Santa Catarina e que, atualmente, possui cerca de mil cadastros, permitindo-nos saber, ao alcance de um clique, quem foi quem, quando e onde na instituição ministerial catarinense. Assim, o presente catálogo dá visibilidade ao esforço de sistematização de informações encerrado no âmbito do referido Banco.

Naturalmente, foi mais fácil encontrar dados dos membros mais recentes. A dificuldade foi se acentuando à medida que os pesquisadores recuavam no tempo. Portanto, para fins editoriais, optou-se por fixar um tamanho de texto mais ou menos padrão para todos os biografados, de maneira a se evitarem variações muito grandes. Não foi possível identificar alguns dos dados buscados. Dessa forma, por exemplo, nem todos os verbetes se fazem acompanhar de imagens, pois não se localizaram fotografias dos mais antigos.

Esperamos, enfim, que com mais esta publicação possa, o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, seguir contribuindo para a sistematização e divulgação da nossa memória institucional.

Helen Crystine Corrêa Sanches

Promotora de Justiça

Diretora do CEAF e Coordenadora do Memorial

Gunter Axt

Historiador consultor

SUMÁRIO

Edelberto Licínio da Costa Campello	9
Pedro dos Reyes Gordilho	10
Felisberto Elyseo Bezerra Montenegro	11
José Cavalcanti de Arruda Câmara	12
Joaquim Thiago da Fonseca	13
Antônio Gomes Ramagem	14
Ulysses Gerson Alves da Costa	15
João da Silva Medeiros Filho	16
Américo da Silveira Nunes	17
Heráclito Carneiro Ribeiro	18
Urbano Müller Salles	19
Henrique da Silva Fontes	20
Manoel Pedro da Silveira	21
José Rocha Ferreira Bastos	22

Edelberto Licínio da Costa Campello

(1891 a 1894 e 1895 a 1896)

Nasceu na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Em 1882, foi juiz municipal e de Órfãos do “termo” de São José e, em 1884, juiz de Direito em Curitibaanos. Foi presidente da Sessão Cívica na Casa da Câmara Municipal em Lages, a 20 de novembro de 1889, em comemoração à Proclamação da República. Em Lages, exerceu o cargo de chefe de Polícia. No mês de outubro de 1891 foi nomeado desembargador, compondo o recém-criado Superior Tribunal de Justiça, que teve como presidente o Desembargador José Roberto Vianna Guilhon. Em 25 de outubro de 1892, foi nomeado ao cargo de procurador da Soberania do Estado, função na qual permaneceu até 1894, reassumindo-a entre 1895 e 1896. Foi o primeiro a ocupar o cargo no Estado.

Pedro dos Reyes Gordilho

(1894 a 1895)*

Nasceu em 7 de março de 1864. Foi um dos primeiros integrantes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. No período de 1888 a 1890, exerceu o cargo de juiz municipal de Paz da cidade de Desterro (atual Florianópolis). Posteriormente, foi nomeado juiz de Direito da Comarca da Capital pelo Decreto nº 285, de 28 de agosto de 1891. Foi nomeado desembargador, por Ato de 10 de abril de 1894. Exerceu o cargo de procurador da Soberania do Estado de 1894 a 1895. Foi nomeado, ainda, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia em 24 de abril de 1920, falecendo, no referido Estado, no exercício do cargo, em 19 de outubro de 1922.

*O nome também aparece grafado Pedro dos Reis Gordilho.

Felisberto Elyseo Bezerra Montenegro

(1896 a 1898)



Nasceu em 22 de agosto de 1851 em Maceió, Alagoas, filho de Manoel Januário Bezerra Montenegro e Rita Bezerra Montenegro. Casou-se com D. Laura Luz Montenegro e foi pai do político Ivo Reis Montenegro. Era simpático aos conservadores, mesmo não explicitando tal inclinação. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1879. Entre 1882 e 1885, exerceu o cargo de juiz em Tijucas. Após a Proclamação da República, foi nomeado juiz de Direito, em 28 de agosto de 1891, para a Comarca de São Miguel (atual Biguaçu). Foi nomeado, por Decreto de 10 de maio de 1894, para o cargo de juiz de Direito na Comarca da Capital, onde assinou o Termo de Promessa em 27 de agosto de 1894. Tomou posse como desembargador em 3 de janeiro de 1898. Foi nomeado, para o cargo de procurador-geral do Estado, em fevereiro de 1896. Assinou o Termo de Promessa para o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça em fevereiro de 1900. Em novembro de 1901, foi nomeado presidente do Tribunal de Justiça. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1927.

José Cavalcanti de Arruda Câmara

(1898 a 1900)

Filho de Eufrásio de Arruda Câmara e Joaquina Teófilo Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, formou-se em Direito em 1886, no Estado da Paraíba. Em 1891, compôs a Assembleia Constituinte e Legislativa da Paraíba. Em 28 de agosto do mesmo ano, foi nomeado juiz de Direito da Comarca de Blumenau. Por Decreto de 21 de maio de 1894, foi nomeado juiz de Direito da Comarca de São Miguel (atual Biguaçu). Exerceu o cargo de procurador da Soberania do Estado de Santa Catarina de 1898 a 1900. Em 2 de maio de 1900, foi nomeado desembargador, tomando posse em 22 de maio de 1900. De 1º de agosto de 1900 a 1º de fevereiro de 1901, foi o terceiro juiz de Direito de Blumenau. Durante os Governos de Hercílio Luz (1918-1922/1922-1926), exerceu as funções de chefe de Polícia.

Joaquim Thiago da Fonseca

(1901 a 1916)

Nasceu no Estado de Pernambuco. Foi nomeado juiz de Direito da Comarca de São José por Decreto de 9 de junho de 1894. Tomou posse como desembargador em 12 de abril de 1901. No dia 12 de julho do mesmo ano, assumiu como procurador-geral do Estado, ficando no cargo até 1º de junho de 1905. Foi reconduzido sucessivamente até 11 de julho de 1916, sendo quem mais tempo permaneceu à frente da Procuradoria-Geral do Estado. Nesse ínterim, foi exonerado, a pedido, em janeiro de 1913, retornando em março do mesmo ano. Por fim, foi exonerado, a pedido e em definitivo, em 4 de novembro de 1917. Entre julho de 1916 até a data de sua exoneração, quem respondeu pela Procuradoria-Geral do Estado foi o Dr. Antônio Gomes Ramagem. Exerceu o cargo de juiz na capital do Estado, sendo nomeado em 25 de julho de 1910. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, criado em 7 de setembro de 1896, na capital catarinense, juntamente, dentre outros, com José Boiteux, Felipe Schmidt e Hercílio Pedro da Luz. Dedicou-se também ao jornalismo, sendo por muito tempo redator do jornal “O Dia” e redator-chefe da Revista Forense. Faleceu em Florianópolis.



Antônio Gomes Ramagem

(interino de 11.07.1916 a 06.11.1917)

Antônio Gomes Ramagem assinou o Termo de Promessa em 3 de junho de 1900 como juiz de Direito da Comarca de Curitibaanos. Em julho de 1908, assumiu o cargo de procurador-geral do Estado interinamente, permanecendo na função até outubro do mesmo ano. Em 1º de agosto de 1911, assumiu como juiz de Direito na capital. Em julho de 1916, reassumiu a função de procurador-geral do Estado de forma interina, até novembro do ano seguinte. Assumiu o cargo de juiz de Direito da 1ª Vara da Capital em 2 de dezembro de 1919. Reassumiu o cargo de procurador-geral do Estado em 27 de julho de 1920, permanecendo nele até dezembro. Em 23 de abril de 1928, tomou posse como interino de procurador-geral do Estado, desligando-se da função ao final desse mês.

Ulysses Gerson Alves da Costa

(1917 a 1918)



Foi promotor público da Comarca de São Francisco (atualmente São Francisco do Sul) até março de 1914. Foi nomeado juiz de Direito da Comarca de Campos Novos em 15 de fevereiro de 1916. Assumiu o cargo de procurador-geral do Estado em 6 de novembro de 1917, sendo exonerado em 22 de abril de 1918. Em 11 de maio de 1918, assumiu novamente esta função, permanecendo até 28 de setembro do mesmo ano. Foi superintendente do município de Joinville, de 1927 a 1930. Em 27 de agosto de 1935, foi nomeado juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca da Capital.



João da Silva Medeiros Filho

(1918 a 1919)

Nasceu em 5 de maio de 1880, na cidade de Laguna, filho de João da Silva Medeiros e Máxima Gonçalves da Silva Medeiros. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, em 1906. Ainda neste ano, assumiu o cargo de promotor público da Comarca da Capital e nomeado juiz de Direito de Campos Novos em 1911. Dois anos mais tarde (1913) assumiu o mesmo cargo em São Francisco do Sul. Em 1º de outubro de 1918, foi nomeado procurador-geral do Estado, função que exerceu até 4 de junho de 1919. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de 1919 a 1920. Exerceu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina por duas oportunidades, de dezembro de 1920 a dezembro de 1925; e de janeiro de 1945 a janeiro de 1947. Foi vice-presidente da Corte em 1934. Em 1927, no Governo de Adolpho Konder, foi nomeado chefe de Polícia. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral, quando ocupou, interinamente, o Governo do Estado, substituindo o Presidente do Congresso Representativo, o farmacêutico Raulino Horn (agosto de 1922) que, por sua vez, substituíra o Governador Hercílio Luz. Faleceu na cidade de Florianópolis, em 1º de maio de 1975.

Américo da Silveira Nunes

(1919 a 1920 e 1922 a 1931)

Em 6 de outubro de 1901, foi nomeado juiz de Direito da cidade de Curitiba. Em outubro de 1914, assumiu interinamente o cargo de procurador-geral do Estado, exercendo-o até janeiro do ano seguinte. Tornou a exercê-lo de junho de 1919 a julho de 1920, e de agosto de 1922 até novembro de 1930. Foi nomeado juiz de Direito da 2ª Vara da Capital em 27 de abril de 1920. Foi nomeado ao cargo de desembargador em dezembro de 1925. Foi membro do Superior Tribunal Pleno de maio de 1931 a maio de 1935. No período de 3 a 8 de abril de 1940, exerceu o cargo de corregedor-geral de Justiça. Foi membro do Conselho Penitenciário do Estado, integrando a primeira composição do órgão, instalado em 25 de outubro de 1928. Foi um dos idealizadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, tendo, em 1931, integrado a Comissão Especial, a qual fundou em 11 de fevereiro de 1932.



Heráclito Carneiro Ribeiro

(1920 a 1922)

Nasceu em 15 de março de 1879, em Salvador, Bahia. Formou-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia no ano de 1902. Exerceu a função de juiz em diversas comarcas no Estado de Santa Catarina, entre 1905 e 1920. Foi nomeado procurador-geral do Estado em dezembro de 1920, assumindo no dia 18. Em 11 de agosto de 1922, assumiu o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Em dezembro de 1929, assumiu o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça. De 13 de maio de 1931 a 8 de março de 1932, exerceu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Em 1930 assumiu como diretor do Instituto Politécnico de Florianópolis, onde permaneceu até o ano de 1932. Na Revista do IHGSC, publicou o artigo *Memória sobre o município de Joinville*. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de maio de 1953.

Urbano Müller Salles

(1931 a 1934)



Nasceu em Florianópolis no dia 3 de julho de 1893, filho de Júlio Salles e Carolina Müller Salles. Graduou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio Janeiro em 1917. Exerceu o cargo de promotor público na Comarca de Tubarão em outubro de 1917. Em outubro de 1918, foi nomeado para o cargo de juiz suplente da Comarca de Cruzeiro (atual Joaçaba). Foi nomeado juiz da Comarca de Biguaçu em abril de 1920; em novembro de 1922, foi nomeado para a Comarca de Brusque e, em julho de 1927, para a Comarca de Itajaí. Em outubro de 1929, foi nomeado desembargador no Tribunal de Justiça do Estado. Em 23 de dezembro de 1930, foi nomeado para exercer interinamente o cargo de procurador-geral do Estado. Em 15 de maio de 1931, foi nomeado procurador-geral do Estado, função na qual permaneceu até agosto de 1934. Presidiu o Tribunal de Justiça do Estado de janeiro de 1947 a fevereiro de 1952. Faleceu na cidade de Florianópolis em 16 de fevereiro de 1952.



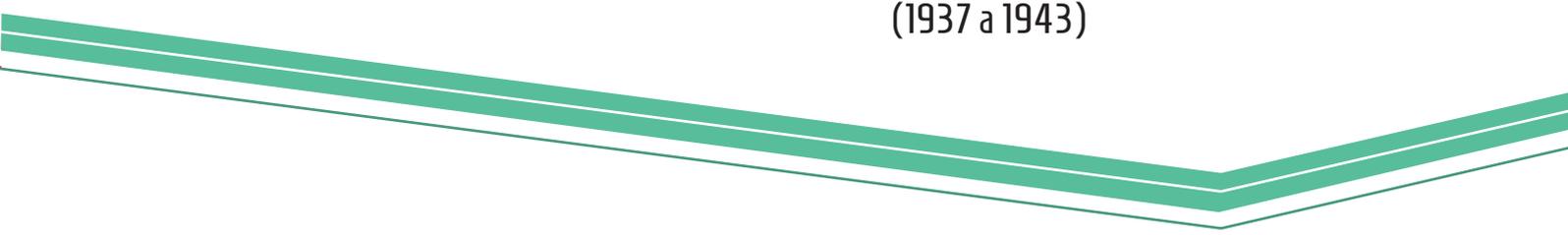
Henrique da Silva Fontes

(1934 a 1937)

Nasceu em 15 de março de 1885, em Itajaí, Santa Catarina. Filho de Manoel Antônio Fontes e Ana da Silva Fontes, durante sua infância e adolescência foi caixeiro e guarda-livros na casa comercial de seu pai. Recebeu o grau de bacharel em Ciências e Letras, no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo/RS, em 1906. Em 1927, bacharelou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Curitiba/PR. Residente em Florianópolis a partir de 1910, lecionou as disciplinas de Português, História e Geografia, no Ginásio Catarinense e na Escola Normal Catarinense, até 1917. Na capital catarinense, foi encarregado do Serviço de Recenseamento Estadual, em 1918; diretor da Instrução Pública, de 1919 a 1926; secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no Governo de Adolpho Konder, de 1926 a 1929; juiz federal substituto, de 1929 a 1934; juiz do Tribunal Regional Eleitoral e procurador do mesmo Tribunal, de 1932 a 1934. Exerceu a função de procurador-geral do Estado de 1934 a 1937. Entre 1935 e 1965, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, sendo aclamado presidente perpétuo ao fim de seu mandato. Em 21 de janeiro de 1937, assumiu o desembargo no Superior Tribunal de Justiça, do qual se aposentou em 1946. Foi membro da Academia Catarinense de Letras – ACL. Foi professor de Economia Política da Faculdade de Direito de Santa Catarina, de cuja fundação participou, até 1957, quando houve a federalização da instituição. Foi diretor da Faculdade Catarinense de Filosofia, de 1951 a 1961, quando a mesma foi incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina. Foi um dos principais idealizadores do Campus Universitário da Trindade. Exerceu as provedorias da Irmandade do Divino Espírito Santo e do Asilo Irmão Joaquim. Escreveu diversas obras, em geral biografias e livros didáticos. Faleceu na cidade de Florianópolis em 22 de março de 1966.

Manoel Pedro da Silveira

(1937 a 1943)



Nasceu em Campo Alegre em 3 de agosto de 1903. Ingressou no Ministério Público em 26 de abril de 1927, como promotor público da Comarca de São Francisco (atual São Francisco do Sul). Assumiu como procurador-geral do Estado de Santa Catarina em 12 de fevereiro de 1937, permanecendo no exercício do cargo até 3 de fevereiro de 1943. Foi secretário do Interior e Justiça nas Interventorias de Ptolomeu de Assis Brasil e Rui Robaran. Presidiu o Partido Social Evolucionista e, novamente, secretário do Interior e Justiça em 1937, no Governo de Nereu Ramos. Durante o mandato de Aristiliano Ramos (1933-1935), assumiu interinamente o cargo de interventor do Estado, depois de ocupar o cargo de secretário. Concorreu nas eleições de 1950 ao cargo de deputado federal pela União Democrática Nacional – UDN, quando recebeu 3.841 votos, atingindo a suplência pela legenda.



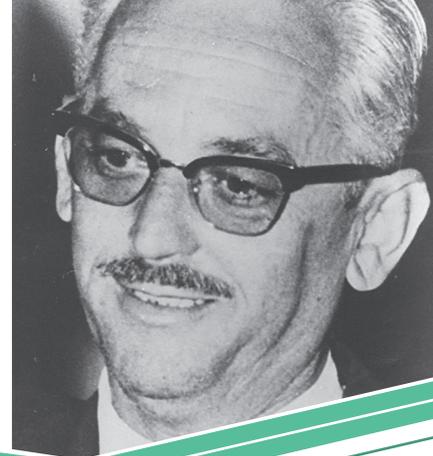
José Rocha Ferreira Bastos

(1943 a 1946)

Nasceu em 13 de maio de 1898, em Salvador, Bahia, filho de Filinto Justiniano Bastos e Carolina Rocha Ferreira Bastos. Formou-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia. Em 1º de julho de 1924, foi nomeado juiz de Direito da Comarca de São Bento do Sul. Também foi consultor jurídico do Estado de Santa Catarina antes de assumir o cargo de procurador-geral do Estado, em 2 de fevereiro de 1943, função na qual permaneceu até 19 de março de 1946, quando foi nomeado, em 20 de março do mesmo ano, desembargador do Tribunal de Apelação. Por meio do Decreto datado de 31 de outubro de 1945, foi nomeado membro representante do Conselho Regional de Desportos de Santa Catarina. Integrou, também, o Conselho Nacional de Desportos. Reassumiu a função de procurador-geral do Estado entre 21 de março de 1946 e 19 de setembro de 1946. Em janeiro de 1949, assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral em virtude das férias do titular, função que exerceu novamente no período de 5 de outubro de 1950 a 20 de janeiro de 1951. Foi designado para o cargo de corregedor-geral de Justiça em 19 de julho de 1951. Em 12 de março de 1952, foi eleito para a mesma função. Assumiu, de forma interina, a presidência do Tribunal de Justiça, de 1º de janeiro de 1949 a 1º de novembro de 1954, e, posteriormente, a vice-presidência do Tribunal de Justiça em 21 de julho de 1966, permanecendo na função por cinco meses. Aposentou-se em 28 de novembro de 1966.

Milton Leite da Costa

(1946 a 1951 e 1961 a 1965)



Nasceu em 23 de agosto de 1916, em Florianópolis, filho de Jovino Cardoso da Costa e Hilda Leite Cavalcanti Lima. Estudou no Colégio Catarinense, concluindo o curso em 1933. Graduiu-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1938. Já formado, ingressou no Departamento Estadual de Estatística (DEE), onde conheceu Antonieta Bienhachewski, com quem se casou e teve cinco filhos. Ingressou no Ministério Público em 3 de março de 1936, como promotor público adjunto da Comarca da Capital, permanecendo na função até 1938. Foi nomeado, em julho de 1939, para o cargo de curador do Juízo de Menores na capital. Foi orientador e fundador da Fundação da ACMP (Associação Catarinense do Ministério Público). Atuou como membro do Conselho Penitenciário do Estado, presidindo-o por treze anos. Criou a biblioteca do Conselho Penitenciário e publicou, com a colaboração de outros conselheiros, a obra intitulada *Pareceres e Trabalhos*. Ficou conhecido como “pai dos presos”. Em 2 de outubro de 1941, foi nomeado, por Getúlio Vargas, para o cargo de suplente de presidente da Junta de Conciliação e Julgamento, em Florianópolis. Em agosto de 1942, foi nomeado para exercer o cargo de assistente jurídico do Estado. No decorrer de 1944, foi designado por Nereu Ramos para integrar a Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais e, no ano seguinte, foi nomeado diretor da Seção Legal do Departamento das Municipalidades. No final deste ano, assumiu a direção-geral do referido Departamento (enquanto perdurou o impedimento do respectivo titular). Durante o Estado Novo, foi nomeado prefeito do município de Videira, função exercida até 1944. Na República Nova acompanhou Nereu e Celso Ramos, em cujos governos foi procurador-geral do Estado. Foi procurador-geral do Estado em duas oportunidades, de 1946 a 1951, e de 1961 a 1965. Em junho de 1946, representou o Ministério Público de Santa Catarina no Congresso Nacional do Ministério Público, na cidade de São Paulo. Em 1959, tornou-se o primeiro presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, ficando no cargo até 1961. Por Decreto de julho de 1963, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado, tomando posse em setembro do mesmo ano. Aposentou-se em maio de 1965. Foi o primeiro presidente do Departamento de Ciências da Administração e Finanças, o qual foi posteriormente incorporado à UFSC. Faleceu em 9 de junho de 1986.



Fernando Ferreira Melo

(1951 a 1952)

Nasceu em 6 de janeiro de 1914, na cidade de Alfenas, Minas Gerais. Em abril de 1941, foi nomeado promotor público da Comarca de São Francisco do Sul. Em maio de 1942, assumiu na Comarca de Tijucas e, em julho de 1944, em Laguna. Após o Estado Novo, foi nomeado prefeito de Rio do Sul pelo Interventor Federal Luís Gallotti, de novembro de 1945 a fevereiro de 1946. Foi, também, deputado estadual constituinte entre 1947 e 1951, pela UDN. Foi deputado estadual suplente durante o mandato de Irineu Bornhausen, quando ocupou os seguintes cargos na Administração Superior do Estado: secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública; secretário de Estado do Interior e Justiça, Educação e Saúde, e secretário Social. Em fevereiro de 1951, foi nomeado procurador-geral do Estado, exercendo o cargo até 1952. Faleceu em novembro de 1957.

Vitor Lima

(1952 a 1956)



Nasceu em 12 de abril de 1912. Formou-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina no ano de 1940. Tomou posse como promotor público em dezembro de 1941, na Comarca de São José. Em 1º de agosto de 1942, foi nomeado promotor público da Comarca da Capital. Em janeiro de 1944, tornou-se membro do Conselho Penitenciário. Em novembro de 1946, assumiu interinamente o cargo de procurador-geral do Estado. No ano de 1947, foi nomeado para assumir interinamente o cargo de subprocurador-geral do Estado. Em março de 1948, foi designado para compor a comissão responsável pelo Serviço de Educação de Adultos de Florianópolis. Em maio de 1952, foi nomeado procurador-geral do Estado, tendo exercido o cargo até 1956. Em março de 1957, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, tomando posse em abril do mesmo ano. Tomou posse como corregedor-geral de Justiça em 2 de janeiro de 1964, função exercida até 1965. Tomou posse, em 29 de abril de 1966, do cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, permanecendo até 17 de abril de 1967.



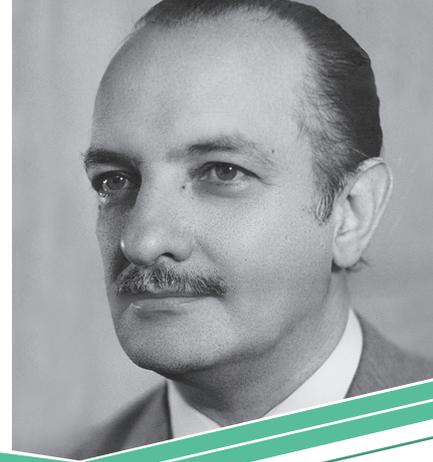
Hans Buendgens

(1957 a 1959)

Nasceu em 26 de junho de 1917, filho de Felipe Buendgens e Augusta Buendgens. Assumiu como promotor público da Comarca de Bom Retiro em 23 de julho de 1940, tomando posse em 6 de setembro. Atuou entre 1940 e 1955 na Promotoria Pública das Comarcas de São Joaquim, Videira e São José. Exerceu, também, as funções de terceiro e segundo subprocurador-geral do Estado, entre os anos de 1953 e 1958, por períodos alternados. Entre 1957 e 1959 foi procurador-geral do Estado. Foi membro do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina e da União Democrática Nacional – UDN, atuando como delegado. No ano de 1955, fez parte da comissão que dirigiu o Museu de Arte Moderna de Florianópolis – MAMF (hoje Museu de Arte de Santa Catarina – MASC), que era dirigido, dentre outros, por Martinho de Haro e Aníbal Nunes Pires. Foi autor do livro *Da Assistência Judiciária*, publicado em 1960.

Paulo Henrique Blasi

(1959 a 1961)



Nasceu em Campos Novos em 16 de janeiro de 1929. Formou-se pela Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1953. Advogado de carreira, foi procurador-geral do Estado de 1959 a 1961. Exerceu a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Santa Catarina (OAB/SC) entre 1º de fevereiro de 1989 e 31 de janeiro de 1991. Dentro da OAB/SC, foi membro do Conselho Estadual em vários biênios entre 1967 a 1971 e de 1977 a 1987. Foi membro do Conselho Nacional da entidade no biênio 1983/1985. Foi professor coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito, Programa de Mestrado (CPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina. É fundador e presidente de honra do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC), desde 2005.



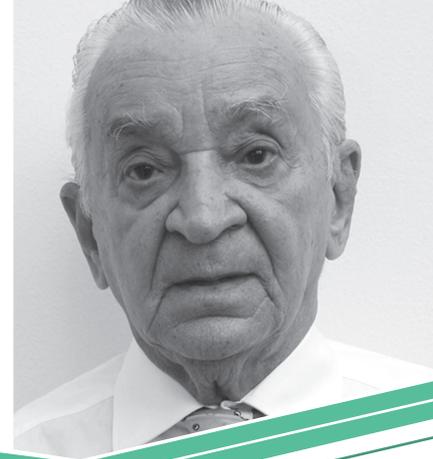
Rubem Moritz da Costa

(1965 a 1967)

Filho de Florêncio Thiago da Costa e Carlota Moritz da Costa, nasceu em 28 de julho de 1916, em Florianópolis. Formou-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1940. Em 5 de abril de 1941, ingressou no Ministério Público, tomando posse como promotor público no dia 15 do mesmo mês, na Comarca de Bom Retiro. Atuou nas Comarcas de Curitiba e Canoinhas, sendo promovido em 11 de dezembro de 1952 para a Comarca da Capital. Em 19 de março de 1953, foi nomeado 1º subprocurador-geral do Estado, durante o afastamento do Dr. Milton Leite da Costa. Em 1961, desempenhou igual função, novamente em substituição ao Dr. Milton Leite da Costa, que fora nomeado procurador-geral do Estado. Em 3 de abril de 1964, foi nomeado para integrar a Junta de Controle do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo. Em 31 de janeiro de 1965, foi nomeado procurador-geral do Estado, permanecendo na função até 1967. Foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em agosto de 1967, função que assumiu em setembro. Em 5 de dezembro de 1973, foi nomeado para o cargo de corregedor-geral de Justiça, função exercida até março do ano seguinte, quando foi reconduzido ao mesmo cargo, nele permanecendo até março de 1976. Aposentou-se em julho de 1978. Faleceu em 15 de setembro de 1983.

Hélio Rosa

(1967 a 1971)



Nasceu em 23 de maio de 1920, em Florianópolis. cursou a Faculdade de Direito e formou-se em 1943. Após trabalhar junto ao Consulado Norte-Americano, ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em novembro de 1944, e foi nomeado promotor da Comarca de Urussanga. Advogou concomitantemente à atuação como membro do Ministério Público. Em 1945, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Palhoça. Por nova promoção, seguindo critério de merecimento, passou a exercer suas funções perante a Comarca de São Francisco do Sul, em 1952. Quatro anos mais tarde, alcançou nova promoção, também por merecimento, à Comarca de Itajaí, com atuação na área cível. Na mesma cidade, lecionou História do Brasil e História Universal entre 1962 e 1966, no Ginásio Industrial Nereu de Oliveira Ramos. Em setembro de 1967, foi nomeado procurador-geral do Estado, cargo que exerceu até março de 1971, apesar de ter-se aposentado pelo Ministério Público em 1969. Atualmente, reside em Itajaí.



José Daura

(1971 a 1975)

Nasceu em 17 de março de 1921, em Florianópolis. Formou-se em Direito em 1945, pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 23 de agosto de 1947, ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em caráter interino, indicado pelo governador do Estado para a Comarca de Araranguá. Em 1950, também de forma interina, foi indicado para a Comarca de Chapecó. A partir da promulgação da primeira Lei Orgânica do Ministério Público – Lei nº 733, de 9 de setembro de 1952, e, após aprovação em concurso de títulos, realizado nesse ano, alcançou efetividade na instituição e foi nomeado para o exercício, em continuidade, junto à Comarca de Chapecó, onde permaneceu até o ano de 1961. Ainda no mesmo ano, por designação, assumiu a Promotoria Criminal da Comarca de Lages. Em 1962, foi convocado para exercer função junto à Procuradoria-Geral do Estado. Em março de 1971, foi nomeado procurador-geral do Estado, exercendo o cargo até 15 de março de 1975. Em caráter interino, por designação do governador do Estado, funcionou como secretário da Justiça e secretário da Segurança e Informações.

Napoleão Xavier do Amarante

(1975 a 1979)



Nasceu em Videira, Santa Catarina, em 2 de dezembro de 1939. Após terminar o ensino médio no Colégio Divino Salvador, localizado em Jundiaí, no Estado de São Paulo, fez-se bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, tendo colado grau em 8 de dezembro de 1963. É mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em 8 de janeiro de 1964, foi nomeado promotor público substituto da Comarca de Mondaí. Nomeado por concurso, passou a exercer o cargo de promotor público em 12 de julho de 1966, na Comarca de Taió. Em 30 de outubro de 1968, foi promovido por merecimento à segunda entrância da Comarca de Capinzal e, novamente por merecimento, foi promovido a promotor público da terceira entrância da Comarca de Campos Novos, em 28 de novembro de 1970. Foi nomeado, em 13 de abril de 1972, para a Comarca da Capital, na Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, e, em 27 de junho do ano posterior, foi promovido por merecimento à quarta entrância da mesma comarca. Em 1975, foi nomeado para o cargo de procurador-geral do Estado, posto que ocupou até 14 de março de 1979, quando foi exonerado, sendo nomeado ao desembargo pelo Quinto Constitucional. Membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, escreveu: *Comunidade e Desenvolvimento* (1968); *Uma Diretriz para o Desenvolvimento Integrado e Harmônico do Estado* (1975); *Ação do Ministério Público no Processo Eleitoral* (1970); *Ação Fiscal e Massa Falida* (1974); *Origem e Evolução da Administração Indireta no Brasil (s/d)*; *Reengenharia do Judiciário* (1986); *O Poder Judiciário na Atual Reforma do Estado* (1998) e *Meus Principais Discursos* (2003).



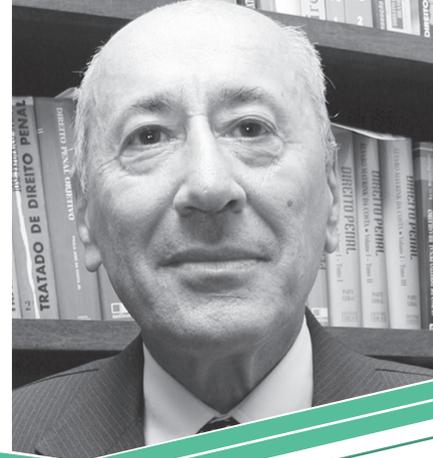
João Carlos Kurtz

(1979 a 1987 e 1991 a 1995)

Nasceu em 17 de fevereiro de 1944, em Caçador, Santa Catarina. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1968. Foi nomeado promotor adjunto em 1971 para a Comarca de Tangará. Em 1972, passou no concurso público e assumiu como promotor substituto da Comarca de Palmitos. No mesmo ano, foi promovido para a Comarca de Anita Garibaldi, porém, removido para a Comarca de Guaramirim em seguida. Em 1975, foi convocado para atuar junto à Procuradoria-Geral do Estado. Foi promovido, nesse ínterim, para a Comarca de São José, e, mais tarde, para a Comarca de Chapecó. Em 1979, foi nomeado procurador-geral do Estado, cargo que ocupou por diversos mandatos, com término em março de 1987. Exerceu o cargo de corregedor-geral do Ministério Público em 1990 e em 1991, mesmo ano em que, realizada a primeira eleição para o cargo de procurador-geral de Justiça, foi conduzido à chefia da Instituição, sendo reeleito dois anos mais tarde. Aposentou-se em 1995. Atualmente, exerce a advocacia em escritório particular.

João José Leal

(1987)



Nasceu em 14 de agosto de 1941, em Tijucas, Santa Catarina. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1966. Fez curso de especialização em Direito Penal na *Université de Nice*, em 1969, com bolsa de estudos concedida pelo governo francês e mestrado em Ciências Criminais, na *Université Libre de Bruxelles*, na Bélgica, em 1973-74. Em 1995, recebeu o título de livre-docente doutor pela Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro. Em junho de 1967, ingressou no Ministério Público como promotor adjunto, na Comarca de Palmitos. No ano seguinte, prestou concurso público e foi nomeado para a mesma comarca em que já atuava. Em 1971, foi designado para a Comarca de Joaçaba, porém, transferido para Brusque em seguida. De março a junho de 1987, exerceu o cargo de procurador-geral de Justiça. Então, retornou para a Comarca de Brusque, onde se aposentou no início da década de 1990, cidade na qual ainda reside. Lecionou Legislação Aplicada na Escola Técnica de Comércio Nereu Ramos de 1967 a 1970, e, no ano seguinte, Direito Usual na Escola Técnica de Contabilidade Frei Rogério. Entre 1972 e 1998, ministrou aulas de Direito Penal, de Execução Penal e de Criminologia, no curso de Direito da FURB, em Blumenau, onde exerceu o cargo de diretor do Centro de Ciências Jurídicas de 1990 a 1998. Na Fundação Educacional de Brusque, foi professor da graduação de 1974 a 1998, e coordenador do curso de Direito, até o ano de 2000. Em 1998, ingressou na UNIVALI, na qual lecionou como docente do Programa de Mestrado, do Curso de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, até 2008. Dentre as obras que tem publicadas, além de inúmeros artigos, estão: *Direito Penal Geral*, *Crimes Hediondos* e *Controle Penal das Drogas: estudo dos crimes descritos na Lei 11.343/06*, em coautoria com Rodrigo José Leal.



Hipólito Luiz Piazza

(1987 a 1991)

Nasceu em 16 de setembro de 1937, em Florianópolis. Formou-se em Direito em 1965 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi funcionário do Tribunal de Contas do Estado a partir de 1956, exercendo as funções de chefe de Diretorias e, ao final, assessor jurídico. Atuava, concomitantemente, como advogado. Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina em outubro de 1966. Inicialmente, foi nomeado para a Comarca recém-criada de Maravilha e permaneceu, porém como substituto, na Comarca de Capinzal até 1968, ano em que foi removido para a Comarca de Xaxim. Em 1969, foi removido para a Comarca de Trombudo Central. Em 1971, foi promovido para a Comarca de Itaiópolis, sendo transferido um mês depois para a Comarca de Ituporanga. No ano seguinte, também por promoção, seguiu para a Comarca de São Francisco do Sul, onde permaneceu por cinco anos. Alcançou nova promoção em 1977 e passou a exercer suas funções na Comarca de Lages, junto à 1ª Vara Criminal. No início do ano seguinte, desta vez por remoção, rumou para a Comarca de Joinville e trabalhou perante a 3ª Vara Cível da Comarca. Em dezembro de 1979, foi promovido para a Comarca da Capital, cuja atribuição vinculava-se à Vara da Fazenda Pública. Em 1987, ainda na condição de promotor de Justiça, foi nomeado ao cargo de procurador-geral de Justiça, função que exerceu até 1991. Alcançou promoção para procurador de Justiça em 1987. Integrou o Conselho Superior, como representante da classe, em 1982 e 1983. Aposentou-se em 2007. É autor dos livros *A Prostituta Inocente* e *Círculos Concêntricos*.

Moacyr de Moraes Lima Filho

(1995 a 1999)



Nasceu em 19 de setembro de 1946, em Florianópolis. Formou-se no curso de Direito em 1969, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Prestou concurso para o Ministério Público e ingressou na instituição como promotor substituto na Comarca de Itajaí, em janeiro de 1972. Seis meses depois, foi promovido à Comarca de Itaiópolis. No ano seguinte, também por promoção, seguiu para a Comarca de Xanxerê. Por remoção, passou a exercer suas atividades na Comarca de São Francisco do Sul, em 1977. Em maio de 1978, foi promovido para a Comarca de Chapecó para atuar junto à 2ª Vara Cível. Em seguida, passou a responder, também, perante as Varas Criminal e da Fazenda da mesma comarca. Em 1979, foi removido para a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Criciúma, com atuação na área cível. No ano de 1982, novamente por remoção, passou a exercer a titularidade da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, na qual permaneceu por dois anos. Em junho de 1984, foi promovido a procurador de Justiça. Exerceu o cargo de corregedor-geral do Ministério Público por dois mandatos, entre os anos 1990 a 1994. Foi eleito procurador-geral de Justiça em 1995, seguindo no cargo até 1999. Integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Pelo Quinto Constitucional, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em outubro de 2007, cargo que ainda exerce.



José Galvani Alberton

(1999 a 2003)

Nasceu em 19 de julho de 1947, em Orleans. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1972. Especializou-se em Direito Constitucional Aplicado pelo CESUSC em 2001. Ingressou no Ministério Público em maio de 1978, sendo nomeado para o cargo de promotor de Justiça substituto da Circunscrição de São José. Em 1978, foi promovido para a Comarca de Itapiranga e removido para Santo Amaro da Imperatriz quatro meses depois. Em 1979, foi promovido para a Comarca de Capinzal e, em junho de 1980, removido para a Comarca de Palmitos. No mesmo ano, alcançou promoção para a Comarca de Caçador e foi novamente promovido, no ano seguinte, para a Comarca de Criciúma. No início da carreira, foi cedido para a Secretaria da Indústria e Comércio, onde exerceu o cargo de chefe de Gabinete. Assumiu suas funções no Ministério Público, como convocado, em 1979, ocupando o cargo de secretário-geral do Ministério Público e, depois, da Coordenação-Geral do Serviço Especial de Defesa Comunitária - DECOM. Em 1987, assumiu a Comarca de Criciúma. Passados quatro anos, foi convocado, desta feita para a assessoria do procurador-geral de Justiça. Em novembro do mesmo ano, foi promovido a procurador de Justiça, assumindo, em seguida, a coordenação-geral do Centro das Promotorias da Coletividade - CPC. Foi eleito procurador-geral de Justiça em abril de 1999, e exerceu dois mandatos, com término em 2003. Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público, tendo concluído seu último mandato em agosto de 2010. Em 2005, tornou-se ouvidor do Ministério Público, cargo que exerceu até o ano seguinte. Publicou os livros *Luzes e Sombras*, antologia de poemas, e *Solidariedade e Justiça*.

Pedro Sérgio Steil

(2003 a 2007)



Pedro Sérgio Steil nasceu em 7 de julho de 1953, na cidade de Lages. Formou-se em Direito em 1977 pela Universidade Federal do Paraná. Foi aprovado em concurso público para o Ministério Público de Santa Catarina em 1978, e assumiu na Circunscrição de São Lourenço do Oeste em 1979. Em outubro do mesmo ano, foi removido para exercer suas funções de promotor substituto junto à Circunscrição de Joinville. Alcançou promoção para a Comarca de Urubici em 1980. Foi removido, três meses depois, para a Comarca de Trombudo Central. Em outubro de 1980, foi promovido para a Comarca de Itaiópolis, sendo removido no ano seguinte para a Comarca de Indaial. Em abril de 1982, por nova promoção, seguiu para a Comarca de São Joaquim e, um mês depois, foi removido para a Comarca de Jaraguá do Sul. Em maio de 1985, foi promovido para a Comarca de Chapecó, sendo removido, dois anos depois, para a Promotoria de Justiça com atribuições junto à Vara da Família e Menores da Comarca de Joinville. Em março de 1991, por opção, passou a exercer a titularidade da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, com atuação na área cível e no Centro das Promotorias da Coletividade. Em 1994, foi promovido a procurador de Justiça. Após seis anos, em abril de 2000, foi eleito corregedor-geral do Ministério Público, função que exerceu até 2003, quando foi eleito e nomeado procurador-geral de Justiça, sendo reconduzido ao cargo dois anos depois. Integrou, por mais de uma vez, o Conselho Superior do Ministério Público, na condição de representante do Primeiro Grau.



Gercino Gerson Gomes Neto

(2007 a 2011)

Gercino Gerson Gomes Neto nasceu em 20 de março de 1961, na cidade de Blumenau. Formou-se em Direito em 1983 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em maio de 1985, foi nomeado promotor substituto da Comarca de Rio do Sul e promovido, cinco meses depois, para a Comarca de São Domingos. Em abril de 1988, alcançou promoção para a Comarca de Dionísio Cerqueira, sendo removido, em junho de 1989, para a Comarca de Santa Cecília. Em dezembro do mesmo ano, via permuta, passou a exercer suas atividades junto à Comarca de Taió. No segundo dia do ano de 1991, foi promovido para a Comarca de Porto União. Em dezembro de 1993, por remoção, seguiu para a Comarca de Balneário Camboriú, com exercício inicial junto à 2ª Vara Cível. Em maio de 1994, foi promovido para a 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, posteriormente optando pela 4ª Promotoria de Justiça da mesma comarca. Em março de 1996, foi convidado para coordenar o Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, no qual atuou por quatro anos. Em outubro de 1997, assumiu a 15ª Promotoria de Justiça da Capital, com posterior opção pela 26ª Promotoria de Justiça, em dezembro de 2007. Foi promovido a procurador de Justiça em maio de 2010. Em abril de 2007, foi eleito procurador-geral de Justiça, sendo reeleito dois anos mais tarde.

Lio Marcos Marin

(2011 a 2013)



Nasceu na cidade de Anita Garibaldi. Colou o grau em agosto de 1986, na Universidade de Caxias do Sul. Especializou-se em Direito Processual na Universidade Federal de Santa Catarina. Ingressou no Ministério Público como promotor substituto da 12ª Circunscrição Judiciária de Joaçaba em 11 de janeiro de 1990, sendo removido para a 17ª Circunscrição Judiciária de Lages em 14 de março de 1991. Em 4 de fevereiro de 1992, foi promovido por antiguidade para a Comarca de São Domingos, onde ficou até sua promoção, por merecimento, em 8 de fevereiro de 1993, para a Comarca de Dionísio Cerqueira. Foi promovido, novamente, em 28 de setembro de 1993, para a 2ª Vara da Comarca de Porto União. No ano seguinte, em 16 de setembro, foi promovido por antiguidade para a Comarca de Lages. Foi Secretário-Geral do Ministério Público no período de 1999 a 2001. Tornando-se presidente da Associação Catarinense do Ministério Público em 2002, permaneceu no cargo por dois mandatos, até 2006. Foi eleito procurador-geral de Justiça em 15 de abril de 2011. Em março de 2013, foi reeleito para o cargo pela classe.

Bibliografia

- AXT, Gunter (org.). *Histórias de Vida: Os Procuradores-Gerais. Vol. 1*. Florianópolis: PGJ. CEAF, 2011.
- GOMES, Manoel. *Memória Barriga-Verde*. Florianópolis: Lunardelli, 1990.
- MACHADO, César do Canto. *Biografias de catarinenses notáveis*. Florianópolis: Insular, 2001.
- NETO, TychoBrahe Fernandes. *História do Judiciário Catarinense*. Florianópolis: Ed. Diploma Legal, 2000.
- PIAZZA, Walter (org.) *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.
- SANTA CATARINA. Tribunal de Contas. *Tribunal de Contas de Santa Catarina: 50 anos de história*. Florianópolis: Tribunal de Contas, 2006.
- SILVA, Orivalda Lima (org). SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Comarcas de Santa Catarina*. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2005.
- SILVA, Orivalda Lima; VIEIRA, Lúcia Helena. SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA; *Tribunal de Justiça de Santa Catarina: Memórias dos 110 anos*. Florianópolis: O Tribunal, 2001.
- SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Tribunal de Justiça de Santa Catarina 1891/1991: um século*. 3ª ed. Florianópolis: Editograf, 1999.
- SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral. *Resenha Eleitoral, Nova Série: Eleições Catarinenses 1945-1998*. Florianópolis: s.ed., 2001.
- STOETERAU, Lígia de Oliveira. *Trajatória do Poder Legislativo Catarinense*. Florianópolis: IOESC, 2000.
- VIEIRA, João Alfredo Medeiros. *Notas para a história do Poder Judiciário em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- VIEIRA, Lúcia Helena & LAMAS, Olívio. *Tribunal de Justiça de Santa Catarina-Memórias dos 110 Anos*. São Paulo/Florianópolis: Gráfica Pancron/TJSC, 2001.

Fontes Consultadas

- Ata do Superior Tribunal Pleno, de 21 de novembro 1930. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- Ata do Superior Tribunal Pleno de 15 de maio de 1931. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- Atas do Superior Tribunal Pleno de 30 de maio de 1933. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Atas do Superior Tribunal Pleno de 4 de janeiro de 1934. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Atas do Superior Tribunal Pleno de 22 de outubro de 1941. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Fichas Funcionais. Caixa 002. Ministério Público de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Geral do Ministério Público de Santa Catarina.

Ficha Funcional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Livro de Atos do Poder Executivo. 1952 a 1962. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Geral do Ministério Público de Santa Catarina.

Livro de Portarias. 1932 a 1953. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Geral do Ministério Público de Santa Catarina.

Livro de Registro dos Atos do Poder Executivo, 1961 a 1966. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Geral do Ministério Público de Santa Catarina.

Livro de Registros Funcionais. Ministério Público de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Geral do Ministério Público de Santa Catarina.

Livro de Termos de Promessa. Livro I. 19 de fevereiro de 1927 a 19 de maio de 1947. Ministério Público de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Geral do Ministério Público de Santa Catarina.

Livro de Termos de Promessa: 1891 a 1938. Superior Tribunal da Relação de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Livro de Termos de Promessa: 1938 a 1952. Vol.2. Superior Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Ofício de 28 de outubro de 1912. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 4 de novembro de 1917. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 6 de novembro de 1917. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 22 de abril de 1918. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 11 de maio de 1918. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 1º de outubro de 1918. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 4 de julho de 1919. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 27 de julho de 1920. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 18 de dezembro de 1920. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 14 de agosto de 1922. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 23 de abril de 1923. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofício de 10 de fevereiro de 1926. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Relação dos Deputados e Mesa Diretora da 1ª Legislatura. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Disponível na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Relatório do Governo do Estado de 1908. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Relatório do Governo do Estado de 1911. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Relatório do Governo do Estado de 1914. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Relatório do Governo do Estado de 1925. Estado de Santa Catarina. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Relatório do Governo da Província: fala do Dr. Antônio Gonçalves Chaves. Primeira sessão da 24ª legislatura da Assembleia Provincial de Santa Catarina em 6 de outubro de 1882. Disponível no Arquivo Público de Santa Catarina.

Internet

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Ex-presidentes. Disponível em: <<http://www.acmp.org.br/pub/index.pub.php?s=expresidentes>>. Acesso em: outubro de 2011.

ARAÚJO, Magno José de Sá. Genealogia Pernambucana: José Cavalcanti de Arruda Câmara. Disponível em: <<http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=26390&dir=genxdir/>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2011.

BLOG DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FERNANDO FERREIRA MELLO. Biografias do Dr. Fernando Ferreira de Mello. Disponível em: <<http://eebcolegioriodocampo.blogspot.com/>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2011.

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.ccj.ufsc.br/ccj/historico.html>>. Acesso em: outubro de 2011.

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA. Galeria dos Corregedores. Disponível em: <<http://cgj.tj.sc.gov.br/cgj/corregedoresgerais.htm>>. Acesso em: outubro e em 7 de dezembro de 2011.

E-GOV, UFSC. Revista de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/1042-1056-1-PB.pdf>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2011.

HENRIQUE DA SILVA FONTES. Disponível em: <<http://www.henriquefontes.pro.br/index.php?codpagina=00003592>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2011.

Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC). Colaboradores. Disponível em: <<http://www.idasc.com.br/colaboradores.php>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2011.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. Fundadores. Disponível em: <http://www.ihgsc.th.com.br/?page_id=147>. Acesso em: 7 de dezembro de 2011.

Mapa dos Tribunais: Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia.aspx?cod=93042>. Acesso em: outubro de 2011.

MUSEU DE ARTE DE SANTA CATARINA. História/Memória – Museu de Arte de Santa Catarina - 53 anos. Org. FRANZ, Terezinha Sueli, LAUS, Harry. Disponível em: <<http://www.masc.org.br/index.php?mod=pagina&id=10854>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

Ordem dos Advogados do Brasil, Santa Catarina (OAB/SC). Galeria dos ex-presidentes. Disponível em: <<http://www.oab-sc.org.br/institucional/ex-presidentes.jsp>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2011.

PREFEITURA DE BLUMENAU. ARQUIVO HISTÓRICO PROF. JOSÉ FERREIRA DA SILVA. Patrimônio Histórico e Museológico de Blumenau. Disponível em: <<http://www.arquivodeblumenau.com.br/pesquisa.php?busca=&categoria=&id=675>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2011.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Governadores. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html>>. Acesso em: 7 de dezembro de 2011.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Conselho Penitenciário do Estado. Disponível em: <http://www.sjc.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=337&Itemid=104>. Acesso em: 7 de dezembro de 2011.

SANTA CATARINA. Tribunal Regional de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/legjurisp/resolucoes/1947/2118.pdf>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

SANTOS, José Ozildo dos. Assembleia Legislativa da Paraíba: deputados estaduais por legislaturas – I. Disponível em: <<http://ozildoroseliafazendohistoriahotmail.blogspot.com/2011/01/assembleia-legislativa-da-paraiba.html>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA. Galeria de conselheiros. Disponível em: <<http://www.tce.ba.gov.br/institucional/conheca-o-tce/galeria-de-conselheiros>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Galeria dos presidentes. Disponível em: <<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/museu/medeiros.htm>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Histórico do Poder Judiciário de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/institucional/museu/historico.htm>>. Acesso em: outubro de 2011.

Composição da Administração

Procurador-Geral de Justiça
Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Antenor Chinato Ribeiro

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Walkyria Ruicir Danielski

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin
Anselmo Agostinho da Silva
Paulo Antônio Günther
José Galvani Alberton
Robison Westphal
Odil José Cota
Paulo Roberto Speck
Raul Schaefer Filho
Pedro Sérgio Steil
José Eduardo Orofino da Luz Fontes
Humberto Francisco Scharf Vieira
João Fernando Quagliarelli Borrelli
Hercília Regina Lemke
Mário Gemin
Gilberto Callado de Oliveira
Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Jacson Corrêa
Anselmo Jeronimo de Oliveira
Basílio Elias De Caro
Aurino Alves de Souza
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Tycho Brahe Fernandes
Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira
Francisco Jose Fabiano

André Carvalho
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Norival Acácio Engel
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Ernani Guetten de Almeida
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Sandro José Neis
Mário Luiz de Melo
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Secretário: Genivaldo da Silva

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça
Gladys Afonso - Corregedora-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota
Humberto Francisco Scharf Vieira
Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância

Pedro Sérgio Steil
Narcísio Geraldino Rodrigues
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Gercino Gerson Gomes Neto
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Américo Bigaton
Sandro José Neis
Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedora-Geral do Ministério Público

Gladys Afonso

Subcorregedor-Geral

Ernani Guetten de Almeida

